

Baiana do Acarajé: oralidade e memória como elementos chaves de uma experiência comunicacional¹

Renata Dias OLIVEIRA²

Daniela Abreu MATOS³

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, BA

RESUMO

Este artigo se dedica articular perspectivas teóricas que entrecruzam oralidade e memória para promover uma abordagem comunicacional acerca da Baiana de Acarajé. Partimos da análise das suas origens históricas para compreender a oralidade como elemento restituidor das experiências dos sujeitos escravizados. Posteriormente, destacamos a complexidade do comportamento linguístico da Baiana do Acarajé, analisando sua natureza polifônica. Na defesa de uma memória que diga da própria experiência, situamos as narrativas orais da Baiana de Acarajé como rastros de uma história que podem inscrever, no futuro, a memória da experiência presente.

PALAVRAS-CHAVE: oralidade; memória; narrativas; objetificação; sujeitos escravizados.

TEXTO DO TRABALHO

Tenho 40 anos, sou negra e nascida em Salvador, no bairro de Nazaré. Guardo memórias marcantes de situações vividas ainda muito jovem, onde eu já reconhecia que muitas das expressões de estranhamento das pessoas diante do que eu era, guardavam relação com uma ideia comum a respeito do comportamento das mulheres negras. Lembro que, perto da adolescência, eu convivia com o espanto das pessoas quando afirmava identificação com o rock. Este estranhamento ocorre até hoje quando me vejo levada a admitir que não tenho o costume de frequentar espaços de samba. Acho que por este motivo, não tenho muito o samba no pé, embora tenha herdado do meu pai o costume de escutar em casa alguns dos grandes intérpretes do gênero. Por meio de vivências como

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do PPGCOM-UFRB, e-mail: renatadias.comunica@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFRB, e-mail: daniela.matos@ufrb.edu.br

esta eu aprendi desde cedo que havia um imaginário coletivo que creditava determinados atributos a mulher negra, mas nem todos diziam respeito a quem eu era.

Experiências estas que certamente me aproximaram das abordagens críticas dos sistemas de representação desde que iniciei a graduação em comunicação, há cerca de vinte anos, e que agora dão contornos a esta nova investigação, que tem como princípio a valorização da autonarração. É tentador conhecer as bases teóricas propostas pelos Estudos Culturais para problematizar os processos de subjetivação sem, de imediato, relacionar tais teorias aos fenômenos sociais observáveis em nossa própria realidade. No meu caso, procurei os Estudos Culturais imaginando que ali encontraria os suportes teóricos adequados para compreender, numa perspectiva crítica, experiências em que eu mesma vejo inserida em meu cotidiano. De alguma maneira, na minha própria posição de pesquisadora que enseja decupar as lógicas que estruturam as dinâmicas sociais esculoras das identidades há iminente a angústia experimentada por uma sujeita de identidades múltiplas e inacabadas, que com seu movimento investigativo endossa o estado de crise do sujeito pós-moderno flagrado por Stuart Hall (2005), de maneira que também aqui nestas páginas se registram experiências de dúvida e de incerteza de um alguém que, em alguma medida, se supunha como fixa, coerente e estável. Justificar a dimensão da pessoalidade iminente nestas linhas me permite correlacionar as reflexões sobre subjetivação e identidade formuladas no arcabouço teórico dos Estudos Culturais com as questões que incidem sobre uma sujeita em particular.

Neste ensaio, articularemos uma perspectiva teórica sobre as origens históricas da Baiana de Acarajé, conferindo relevo às dimensões da oralidade na constituição desta rede de sujeitas, acreditando que este atributo perfaz o contorno comunicacional da sua experiência. As reflexões aqui apresentadas são articulações iniciais do projeto de pesquisa que desenvolvo no âmbito do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, se constituindo, portanto, como parte da etapa de articulação teórica para, em seguida, desenvolver um movimento analítico sobre as enunciações das Baianas de Acarajé, considerando os contextos de identidade e de memória existentes. Analisá-las a partir desta perspectiva requer posicionar no centro da análise as suas próprias narrativas que, ao tempo em que definem suas experiências, são também capturadas por dispositivos culturais.

As Baianas de Acarajé são personagens ícones da cultura da Bahia. Reconhecidas por serem detentoras de um saber cultural, as características a elas atribuídas revelam as origens históricas de uma percepção objetificadora cujos rastros que seguem sendo atualizados nos dispositivos artísticos, midiáticos e políticos. Na academia a situação é análoga: as pesquisas sobre as Baianas de Acarajé se dirigem, em sua grande maioria, para investigações sobre as vestimentas, sobre o sistema alimentar, sobre seus padrões de trocas comerciais, sobre os sistemas de representação. Sejam nos textos acadêmicos ou nos literários, as enunciações das Baianas de Acarajé não se constituem como foco de análise, tampouco foram assimiladas no cancionário popular brasileiro, muito embora grande parte da produção científica e artística sobre as Baianas de Acarajé sejam fundamentadas em seus depoimentos.

Oralidade como estratégia de sobrevivência

Ao abordar as práticas comunicacionais que por muito tempo foram silenciadas e apagadas na historiografia tradicional brasileira, Marialva Barbosa (2016) defende que há acontecimentos que só afloram à superfície quando a sociedade alcança determinado grau de consciência histórica. Ela se soma ao conjunto de autores e autoras que visualizam a história como possibilidade interpretativa a partir de restos e rastros do passado que chegam ao presente. Rastros estes que Barbosa reivindica como modos de comunicação que só perduraram em função de terem sido práticas comunicacionais. Trata-se de uma perspectiva de grande aderência para pensarmos a dimensão comunicacional intrínseca às dinâmicas de transmissibilidade das Baianas de Acarajé, dadas as imposições das circunstâncias históricas que conformaram a aparição desta personagem no Brasil.

Referindo-se ao território baiano como umas das principais regiões escravistas do Atlântico, desde o final do século XVI até o final do século XIX, o historiador João José Reis (2019) nos informa que a vida urbana que se constituía naquele período já revelava que o regime do cativo se instalava também nas ruas. Como os domésticos, os trabalhadores de rua eram, sobretudo, escravos e libertos nascidos na África e seus descendentes. Reis demarca os traços das posições sociais atribuídas a cada gênero

informando que os homens se ocupavam mais do carregamento de pessoas e objetos, enquanto as mulheres vagueavam pelas ruas vendendo mercadorias ou oferecendo afazeres domésticos. Eram chamados ganhadores ou ganhadeiras, ou escravos e escravas de ganho: acertavam com seus senhores a entrega semanal de determinado valor, fruto deste trabalho, e embolsavam o que restasse. Esse sistema, chamado de ganho, permitiu que muitos poupassem o suficiente para comprar suas liberdades.

Descreve Barbosa que, aportados em solo, a presença dos corpos escravizados transformam visual e sonoramente a urbis, de maneira que os relatos dos viajantes estrangeiros no século XIX noticiavam que aquela massa transformava a paisagem urbana em um território negro, em descrições que se referiam de forma frequente a ritos, risos, brigas, aos múltiplos contatos praticados por aqueles sujeitos no espaço externo. Apoiando-se na noção de tempo de Nobeit Elias, Barbosa explica que a apropriação das ruas por este corpus era expressa por meio de uma organização dos tempos livres e dos tempos de trabalho, dentro de uma lógica própria em que o tempo livre se interpunha, como astúcia, ao tempo do trabalho.

O tempo livre era dedicado com frequência a capoeira, ao samba-de-roda, a oração, a práticas diversas que incluem o passado nas suas novas narrativas, dando a ele novo sentido. Arrancados de sua experiência original, era preciso experimentar novos atos que relacionassem uns indivíduos aos outros, uma vez que praticavam originalmente linguagens diversificadas. Por meio do pensamento de Heller, Barbosa localiza a música expressa nos cânticos durante o trabalho como este elemento de integração inicial que configurou um território onde experimentavam a conjuntividade. Analisando o arsenal da cultura oral, a autora destaca que os escritos dos viajantes trazem a música como elemento mais constante da comunicação partilhada praticada entre os escravizados.

Barbosa sustenta que um padrão oral de pensamento forja o indivíduo em uma visão de mundo também oralizada. Este padrão é operado por meio de sistemas de escrita e leitura também oralizados, que faz uso de recursos fonéticos, musicais e rituais performáticos para selecionar e armazenar a informação. A este modo distinto de consciência que tem suas próprias regras, a autora denomina de “Oralismo Histórico”, salientando que dentre os gêneros de fala dos escravizados, se sobressaem aqueles que adicionam às expressões acústicas as condutas corpóreas.

Para explicar o que denominou de gêneros de fala, Barbosa organiza os níveis de articulação entre o comportamento linguístico e os gestos corpóreos dos negros escravizados, entendendo que cada gesto realizado em complemento a ação vocal é um atributo narrativo, já que acrescenta à voz uma particularidade, contribuindo para a construção polifônica do discurso. O gênero de fala contornado pelas encenações vocais considera os diferentes aspectos da linguagem vocalizada (timbre, altura, fluxo) para a compreensão dos signos de reconhecimento da comunicação. O gênero de fala contornado pelas encenações musicais, por sua vez, tem na música suporte fundamental para acionar encenações gestuais, tornando o corpo um corpo que fala. A autora destaca ainda um terceiro gênero de fala, aquele que se propõe a ser um caminho para a comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos, expresso por meio de gestos simbólicos que evocam a ancestralidade com o intuito de reorganizar a própria existência.

Submetidas à condição de escravas de ganho, mulheres negras escravizadas perfizeram experiências sociais singulares, baseadas na rememoração de práticas religiosas de matrizes africanas, tendo como lugar as ruas, praças, becos e ladeiras da cidade de Salvador. Considerar a perspectiva de gêneros de fala barbosiana para analisar o comportamento linguístico da Baiana de Acarajé vendendo em seu tabuleiro nos pareceu fazer jus a complexidade do ato comunicativo intrínseco a este ofício, que conclama, em um instante do presente, tanta historicidade. Neste sentido, compreendemos sua natureza polifônica, à medida em que, sendo este ofício ancestralmente vinculado ao domínio de conhecimentos que integram a liturgia africana, faz falar de diversas maneiras: seja por meio dos elementos à venda no tabuleiro da Baiana, seja por meio da indumentária que remete visualmente às suas origens, seja por meio de uma maneira de mercar que, para esta pesquisa, expressa também uma maneira de ver o mundo. Esta atuação parece reencenar uma memória histórica impregnada de sentidos e de significados.

Origens de uma nomeação objetificadora

Refinando o olhar sobre o contexto histórico que remonta ao período da pré-abolição, a historiadora Simone de Jesus Correia (2014), ao analisar as crônicas da folclorista Hildegardes Viana (1973), nos revela a manutenção do papel subalternizado designado à trabalhadora negra nas relações de trabalho, no espaço urbano de Salvador durante a primeira República. Viana utiliza o termo mulheres de saia para descrever as mulheres, em sua maioria negras, que utilizando trajes simples e sem grandes qualificações, perambulavam pelas ruas tanto mercando alimentos em gamelas, como também oferecendo seus serviços como lavadeiras, cozinheiras e costureiras às portas das famílias abastadas.

Em uma investigação sobre os dispositivos legitimadores das tradições, Francisco Nunes Neto (2019) aciona o termo quituteiras para descrever as mulheres que, neste mesmo período histórico, vendiam iguarias da culinária afro-baiana pelas ruas da cidade. Estas mulheres geralmente trajavam saias e batas coloridas em tecidos estampados com elementos gráficos que significavam ou estabeleciam conexões com algum país ou nação do continente africano. O autor nos informa também que a alcunha Baiana passou a ser utilizada como uma espécie de designativo para distinguir mulheres negras quituteiras que migraram de Salvador e de cidades do Recôncavo para o Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX, estabelecendo no novo território vigorosas trocas simbólicas que ajudaram a configurar outras percepções e representações sobre a Bahia e os baianos. Foi inicialmente em um contexto de segmento migrante em terras cariocas que as Baianas foram tomadas como inspiração temática e objeto de criação, lá tornada personagem pela primeira vez no Teatro de Revista.

Este fluxo migratório para o Rio de Janeiro circunstanciou o olhar estrangeiro que, nomeando, instaurou de forma peremptória uma marcação simbólica relativa a este segmento de mulheres, revelando as origens de uma percepção objetificadora que até hoje se faz presente nos processos de configuração do papel da mulher negra na formação da cultura nacional. Daí a relevância de assimilarmos a perspectiva barbosiana na análise da oralidade dos sujeitos escravizados como práticas comunicacionais que por muito tempo foram silenciadas na historiografia tradicional brasileira. Ao dar relevo as práticas fundamentadas na oralidade, Barbosa ressalta que a comunicação praticada pelos escravizados foi forjada na memória e no ato narrativo em função das condições extremamente violentas da escravização praticada no Brasil.

Analisar as narrativas orais das Baianas de Acarajé passa pela compreensão dos territórios como lugares simbólicos em que essas sujeitas estão imersas e das formas como vivem narrativamente a memória e o tempo. Barbosa entende que apoiar a reconstituição dos campos de memória sobre o processo de escravização praticado no Brasil passa por posicionar os escravizados brasileiros como sujeitos históricos que são. Ao buscar demarcar o lugar de quem produz o testemunho, a autora consolida a ideia de que relatos de presença, ao emergirem, constituem um esforço em favor da historicidade.

Visibilizar as narrativas das Baianas de Acarajé pretende justamente posicioná-las como rastros testemunhais de uma memória histórica brasileira cuja versão oficial não deu o devido lugar a memória das mulheres negras. Neste contexto, Barbosa entende que o apagamento da possibilidade testemunhal dos escravos de um ato que diz respeito às suas vidas e às suas memórias impede, no futuro, o reconhecimento de suas vozes – ou das vozes dos seus descendentes. Assim, articular as dimensões de história e memória para situar o espaço-tempo da oralidade da Baiana de Acarajé é condição estruturante para traçar uma perspectiva analítica que a integraliza enquanto sujeita. É justamente por pensar nas gerações descendentes de mulheres escravizadas como uma rede de sujeitas que, por meio da oralidade, conferiu complexidade às estratégias de sobrevivência ao processo de escravização brasileiro, que situamos a dimensão histórica dos discursos engendrados por Baianas de Acarajé.

Tomar a palavra para cunhar uma memória sobre si

É pensando o ofício da Baiana de Acarajé como ato comunicativo que reencena fragmentos de uma memória histórica que entendemos o valor das narrativas orais para fazer ver como como as experiências das mulheres negras escravizadas no passado se reelaboram no presente.

Em uma abordagem dedicada a situar a tomada da palavra como insurgência contra os silenciamentos históricos, Jeanne Marie Gagnebin (2006), defende que ouvir o apelo do passado significa também estar atento a um apelo de felicidade e, portanto, de transformação do presente. Acredita que a memória dos homens se constrói entre dois pólos: o da transmissão oral viva, mas também frágil e efêmera; e o da conservação pela escrita, inscrição que tem a pretensão de desenhar o vulto da ausência.

Gagnebin é suíça e busca compreender as especificidades da cultura humana recorrendo a análise da Odisseia, constructo cultural fundante da cultura europeia, dando relevo, em suas análises, a representação do inumano na obra. Para a autora, a luta de Ulisses para voltar a Ítaca é, antes de tudo, uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, e os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro. Em sua perspectiva analítica a autora busca configurar o que seria de ordem do humano. Nesta busca pelas características constituintes da humanidade, Gagnebin destaca como estruturante a vontade por uma memória que diga da própria experiência, que se constitui quando torna-se sujeito, e revidindica-se a fala. Para a autora, Ilíadas nos aponta que reconhecer a nossa condição de mortal passa, portanto, não por esperar uma vida após a morte, mas pelo esforço de reivindicar a palavra para fazer registrar a própria vida.

Considerando a dimensão subjetiva do historiador, a autora se debruça sobre o marco histórico da Segunda Guerra Mundial com o ensejo de elucidar a relação entre a construção da memória histórica com o esquecimento e a abnegação. As ideias da intelectual suíça apontam dimensões estruturantes para pensarmos os silenciamentos sobre a presença das mulheres negras na historiografia brasileira, tomando como referência o marco histórico da escravização no país. Estas ausências incidem sobre os processos de assimilação da mulher negra a respeito da sua identidade, com maior ou menor intensidade a partir dos lugares culturais que ocupam. Para a autora, insurgente é a atitude de assimilar o caráter literário da história, e ver dissolver os limites entre as dimensões de verdade e de mentira que alcançam a noção de memória histórica.

Embora entenda que a impossibilidade prática de aplicação de procedimentos de adequação e verificação da historiografia abra caminho para os discursos negacionistas, Gagnebin defende uma idéia de referência de verdade que dê conta da dimensão de

pertença que precede a relação de um sujeito a objetos. Convoca o pensamento de Ricoeur para nos lembrar que a história como disciplina remete sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem, e sobretudo, da narração.

Articulando a noção de rastro como elementos de reconstrução do passado, Gagnebin introduz a ideia de que o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente, apontando que sua fragilidade característica vai de encontro ao desejo de plenitude dos pensamentos clássicos da filosofia. Entende as teses revisionistas como uma consequência lógica e previsível de uma estratégia absolutamente explícita que tem origem nos altos dignitários nazistas para abolir as provas de uma história dos campos, em referência aos campos de concentração nazistas, acionando os escritos de Primo Levi para exprimir que uma evidência máxima da vontade de anulação que se materializa na ausência de sepultura; e que a ausência de sepultura significa uma outra ausência, a da palavra.

Reconhecidos os amplos e integrados os contextos históricos desfavoráveis a experiência da mulher negra no Brasil é que pautamos de maneira análoga o caráter sistêmico de uma operação de silenciamento. Para Gagnebin, aniquilar os rastros é fase de uma operação para que tais histórias se tornem duplamente inenarráveis: inenarráveis porque nada que pudesse lembrar sua existência subsistiria e porque, assim, a credibilidade dos sobreviventes seria nula. Assim, os desdobramentos desta aniquilação se reconfiguram no presente, que, segundo a autora, podem ser constrangidos diante do caráter ético do trabalho do historiador.

Acionando um pensamento benjaminiano, a autora posiciona o fim da narração tradicional nas discussões históricas e historiográficas e na reflexão filosófica atual como uma das questões oficiais ainda sem resposta. Gagnebin destaca o aspecto controverso desta reivindicação, uma vez que reconhece que a proeminência das contra narrativas reforçam o quão estruturantes e homogeneizantes são as grandes narrativas. Faticamente, Benjamin compreendia que as narrativas que reivindicam outro ideal estético acabam, no final das contas, sendo mais fiéis à grande narrativa e menos presas à reconstituição das experiências isoladas.

Considerações finais

Este chamado certamente se associa ao pensamento de Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Muniz Sodré, dentre autoras e autores que dedicam grande esforço argumentativo para defender a autonarração como condição humana fundamental e, neste sentido, fazer compreender que nós, pesquisadoras e pesquisadores da Comunicação, para além de lamentosamente analisar as vagezas das histórias oficiais, devemos disputar a pretensão de inscrever no futuro a memória desta experiência do presente.

Em articulação, os conceitos articulados por estes autores nos dizem que, sem a experiência, o potencial de comunicação de uma sociedade se esvazia em sentido e força. Enquanto pesquisadora de comunicação, compreendo ser fundamental trazer para os tempos atuais esta reflexão sobre perda de experiência e narratividade, à medida em que as práticas de isolamento social instauradas no presente irão configurar novas práticas culturais em um futuro pós pandemia. À luz de Benjamin, imagino que estas novas práticas culturais serão fortemente alcançadas por uma acentuado prejuízo na intensidade da experiência social em função da individualização da experiência, sobretudo considerados os espectros populares da cultura brasileira e os desdobramentos estruturantes desta fissura em meio às práticas de consumo cultural.

O contexto pandêmico atualiza os atributos necessários ao narrador e ao historiador para quem, à luz de Gagnebin, mais do que se engajarem no desenrolar tranqüilo e linear de uma narrativa contínua, devem transmitir o que a tradição oficial justamente não recorda, sendo guardadores das sobras do discurso histórico. Essa tarefa paradoxal consiste em uma dedicação à transmissão do inenarrável, do sofrimento indizível, uma fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo — e principalmente — quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. Neste percurso, narradores e historiadores devem levar em conta os movimentos de interrupção, ou seja, as grandes dificuldades que pesam sobre a possibilidade da narração. Observando as distinções entre as atividades de comemoração, rapidamente confiscadas pela história oficial e que desliza perigosamente para o religioso ou para as celebrações de Estado; e as atividades de rememoração, que a autora vem definir como aquelas que:

“... em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente.” GAGNEBIN, 2006 (pg. 55).

Penso que este ensaio teórico cumpre função não de narrar diretamente uma experiência, mas de compor um arcabouço teórico que faça-nos assimilar a importância histórica de um registro condizente com a realidade das experiências, compreendendo a natureza eminentemente comunicacional que alinhava o percurso histórico do segmento de mulheres negras que se constituíram Baianas de Acarajé, ancorando-se no conceito de rememoração pela via da palavra para dar sentido a experiência do presente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: MauadX, 2016. v. 1.

BENJAMIN. Walter. **Experiência e Pobreza**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In:

_____. Obras Escolhidas. Vol. I – Magia Técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Ed.34, 2006

GOMES, L. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 1.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico (Trad. de Cláudia Álvares) In:

_____. Introdução. In: _____. Cultura e representação. Trad. Daniel Miranda e Wilham Oliveira. Org. Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Apicuri, 2016. p. 17-29.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília-DF: IPHAN, 2018.

KILOMBA, Grada. Memórias de plantação – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Vítor Nazareno da Mata; CORDOVIL, Danilson Jorge Coelho; CANGUSSU, Dawson Soares; SILVA, Maurício Sousa. A coisificação do Escravo. Recanto das Letras, 2006.

NUNES NETO, Francisco Antônio. A invenção da tradição: uma história sobre o cultivo festivo ao Senhor do Bonfim na Bahia. Curitiba-PR: Brazil Publishing, 2019.

PINTO, Valdina Makota. Meu caminhar, meu viver. Salvador: Sepromi, 2013.

RICOEUR, Paul. Mundo do texto e mundo do leitor. In.: Tempo e narrativa. Tomo III. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. Revista Tempo e Argumento, vol. 2, n.1, p. 3-20, jan./jun.-2010.

SODRÉ, Muniz. Pensar Nagô. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017. p. 193-220.

SOVIK, Liv (Org.) Da Diáspora: identidades e mediações culturais, p.199-218. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 219-240.